

Portaria SOF nº 15, de 17 de agosto de 2001

Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecida no art. 14, incisos III e VIII, do Decreto nº 3.858, de 4 de julho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, **resolve**:

Art. 1º Incluir no Anexo à Portaria SOF nº 9, de 27 de junho de 2001, as seguintes naturezas de receitas:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1210.30.10	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débito dos Município
1210.47.00	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa
1210.48.00	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador
1600.40.00	Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações
1912.53.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa
1912.54.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador
1914.08.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Relativa à Despedida do Empregado sem Justa Causa
1914.09.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador
1915.01.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa por Infração à Legislação Trabalhista
1915.99.00	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas
1919.49.00	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar
1922.06.00	Restituição ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
1932.17.00	Receita da Dívida Ativa por Infração à Legislação Trabalhista
1932.18.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa
1932.19.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador

Art. 2º Incluir no Anexo à Portaria SOF nº 1, de 19 de fevereiro de 2001, com alterações posteriores, a seguinte fonte de recurso:

I - 45 Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Financeira

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício de 2002, inclusive no que se refere à elaboração da respectiva Lei Orçamentária.

PAULO RUBENS FONTENELE ALBUQUERQUE